

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.647.435 - SP (2017/0004564-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : **TELEFÔNICA BRASIL S.A**  
**ADVOGADO** : **CARLOS EDUARDO BAUMANN E OUTRO(S) - SP107064**  
**RECORRIDO** : **VALDIR RODRIGUES**  
**ADVOGADOS** : **DONIZETI APARECIDO MONTEIRO - SP282073**  
                  **MURILO HENRIQUE LUCHI DE SOUZA E OUTRO(S) - SP317200**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo TJSP assim ementado (e-STJ fl. 262):

ACÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL C. C. INDENIZAÇÃO E EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. A parte vencedora tem legitimidade recursal para pleitear a majoração da verba honorária sucumbencial pertencente ao seu causídico, o que autoriza o exame do seu recurso. Prejudicado o conhecimento de agravo retido por superveniente ausência de interesse recursal na espécie. Contrato de participação acionária para aquisição de linha telefônica firmado na modalidade Plano de Expansão - PEX. A pretensão objetivando a complementação de ações, por ser de natureza pessoal, prescreve no prazo de vinte (20) anos previsto no artigo 177 do CC/1916, e no de dez (10) anos do artigo 205 do novo Código Civil, observada a regra de transição do artigo 2.028 deste Codex. Aplicação da orientação contida no REsp 1.220.934/RS, julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos (artigo 543-C, CPC). Prescrição não configurada no caso. Participação financeira em investimento do serviço telefônico. Diferencial de ações em empresa de telefonia. Indenização que deve ser apurada com base no balancete do mês da integralização das ações, nos termos da Súmula nº 371 do STJ, incluindo eventuais perdas decorrentes da cisão e não emissão de ações da empresa de telefonia móvel, tudo a ser verificado em liquidação. Valor da indenização que, em caso de impossibilidade de entrega das ações, será o resultado do produto da quantidade de ações multiplicado pela sua cotação na Bolsa de Valores no dia do trânsito em julgado da condenação, com correção monetária a partir de então. Honorários advocatícios fixados com parcimônia e com fulcro no comando legal adequado à espécie que dispensa alteração. Preliminar rejeitada, agravo retido não conhecido, recurso adesivo desprovido e apelo principal provido em parte.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 293/298).

Nas razões recursais (e-STJ fls. 301/326), fundamentadas no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente alega divergência jurisprudencial e violação dos arts. 458, I e II, e 535, I e II, do CPC/1973, 884 do CC/2002 e 170, § 1º, III, da Lei n. 6.404/1976.

Sustenta: (a) negativa de prestação jurisdicional, (b) possibilidade de emissão das ações com base no valor da ação, utilizando o valor de mercado e (c) necessidade de observância dos grupamentos acionários, sob pena de enriquecimento ilícito.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 385).

Juízo positivo de admissibilidade (e-STJ fls. 386/387).

É o relatório.

Decido.

# Superior Tribunal de Justiça

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, por isso devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

A companhia telefônica entendeu que o aresto recorrido teria sido omissivo, pois deixou de se manifestar sobre a ocorrência de *reformatio in pejus* ao incluir na condenação o direito às ações decorrentes da dobra acionária e sobre a necessidade de observância dos grupamentos acionários, sob pena de enriquecimento ilícito.

Assiste razão à recorrente, visto que o Tribunal de origem, mesmo provocado a se manifestar a respeito, nos embargos de declaração opostos na origem (e-STJ fls. 278/279 e 280/285), permaneceu silente quanto aos temas.

É pacífico nesta Corte o entendimento segundo o qual, não havendo apreciação dos declaratórios em relação a ponto relevante, impõe-se a anulação do acórdão recorrido, para que a questão seja julgada. Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. DIREITO DAS OBRIGAÇÕES. NOVAÇÃO. POSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO NEGÓCIO JURÍDICO ANTECEDENTE. MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO PACTA SUNT SERVANDA. SÚMULA 286 DO STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM.

1. A violação do art. 535 do CPC configurou-se, no caso dos autos, uma vez que, a despeito da oposição de embargos de declaração, nos quais os recorrentes apontam a existência de omissões, mormente no tocante à possibilidade de exame judicial de supostas ilegalidades substanciais nos contratos celebrados anteriormente à alegada novação com a instituição financeira (fls. 1.052-1.053), o Tribunal não se manifestou de forma satisfatória sobre o apontado vício, consoante se infere do voto condutor às fls. 1.061-1.066.

[...]

3. Recurso especial provido para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem. (REsp n. 866.343/MT, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 2/6/2011, DJe 14/6/2011.)

Ficam prejudicadas as demais questões alegadas no especial.

Diante do exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para exame das omissões apontadas.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator